

NACIONAL

Dívida pública aumenta 84% com juro e câmbio

Gastos com os encargos financeiros passaram de 7,3% para 13,44% do PIB

Mônica Izaguirre
de Brasília

A combinação de altas taxas de juros com a desvalorização do real fará com que a rolagem da dívida pública brasileira em 1999 custe 84% a mais do que estava previsto antes da mudança do regime cambial. Os gastos do setor público com juros e correção sobre dívida, antes estimados em 7,3% do Produto Interno Bruto (PIB), deverão chegar a nada menos do que 13,44% do PIB, segundo estimativas do Departamento Econômico do Banco Central (Depec).

Só sobre a dívida mobiliária federal, a desvalorização cambial já produziu, em janeiro, um impacto em torno de R\$ 40 bilhões.

Por causa dos altíssimos encargos financeiros, apesar de todo o esforço de ajuste fiscal, União, Estados, Municípios e empresas estatais vão fechar 1999 com um déficit nominal equivalente a 10,34% do PIB em suas contas. A estimativa foi confirmada ontem pelo Depec.

Em 1998, pelo mesmo critério, o rombo foi de 8,02% do PIB, segundo anunciou ontem o Banco Central. Portanto, em vez de cair, como previa antes o governo, em 1999 o déficit público vai, na verdade, aumentar em relação ao ano passado, apesar de todo ajuste fiscal que elevou impostos e cortou gastos.

Não é toa que, na renegociação com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo brasileiro brigou tanto para alterar o critério de desempenho fiscal. Pela primeira vez, o FMI aceitou como critério o resultado primário, isto é, sem os

encargos decorrentes da incidência de juros e correção sobre a dívida pública. A meta referente a um resultado primário é um superávit mínimo de 3,1% do PIB em 1999.

No acordo original, o critério de desempenho adotado era o resultado nominal, em relação ao qual a meta era um déficit máximo de 4,7% do PIB. Depois de promover a maxidesvalorização do real e refazer as contas, o governo chegou a conclusão de que, em vez disso, o déficit nominal chegará a 10,34% do PIB.

Essa estimativa, esclareceu o Banco Central, leva em conta a correção cambial sobre toda a dívida mobiliária interna atrelada à taxa de câmbio, tal como manda a metodologia tradicionalmente usada pelo BC. Se for considerada apenas a correção sobre os títulos públicos com vencimento em 1999, o déficit nominal do setor público deverá ser de 6,86% do Produto Interno Bruto neste ano. Baseado no critério de caixa e não de competência, esse, aliás, é o número de consta no acordo com o FMI, embora ele não seja comparável com os 8,02% apurados no ano passado.

A metodologia tradicionalmente usada pelo BC para calcular o déficit considera os encargos da dívida pública pelo critério de competência e não de caixa. Quando divulgar os números referentes janeiro, o BC passará a usar os dois critérios. Em consequência, divulgará dois núme-

ros diferentes de déficit: um refletindo a incorporação da correção sobre toda a dívida e outra apenas com a correção dos títulos vencidos no mês, informou Altamir Lopes, chefe do Depec.

O reflexo da desvalorização cambial já se fez sentir em janeiro nos números do endividamento mobiliário (em títulos). Segundo o Depec, os encargos incorporados ao saldo da dívida mobiliária federal em janeiro chegaram a R\$ 46,7 bilhões. Desse total, disse Lopes, cerca de R\$ 40 bilhões referem-se à correção cambial dos títulos atrelados ao dólar e o resto, a juros. O aumento da dívida em títulos só não foi maior porque governo resgatou papéis, no montante líquido de R\$ 6,1 bilhões, informou ainda o chefe do Depec.

Considerando resgates e incorporação de encargos, a dívida mobiliária federal pulou de R\$ 323,860 bilhões para R\$ 364,478 bilhões, do final de dezembro para final de janeiro. Especificamente os papéis atrelados ao dólar gerarem encargos no montante de R\$ 42,9 bilhões, conforme Lopes.

A variação final da dívida mobiliária em papéis com correção cambial foi de R\$ 42,7 bilhões, porque houve resgates líquidos de R\$ 200 milhões. Com isso, o saldo desses papéis chegou a R\$ 107,960 bilhões no fim de janeiro. Levando-se em consideração que o dólar continuou a subir em fevereiro, o impacto da desvalorização cambial sobre a divi-

da mobiliária ainda não foi todo computado.

O Depec também informou ontem que a dívida líquida de todo o setor público atingiu R\$ 388,667 bilhões no final de 1998. Em proporção do PIB, a dívida pública líquida atingiu 42,6%, enquanto no final de novembro havia atingido 41,9%.

Esse conceito considera o endividamento total de União, estados, municípios e empresa estatais, menos os seus créditos e disponibilidades financeiras (abate-se, por exemplo, as reservas cambiais do Banco Central).

Quanto ao déficit nominal verificado em 1998, o número ficou dentro da meta acertada com o FMI no acordo original, destacou Altamir Lopes. O acordo admitia um déficit nominal de até R\$ 72,879 bilhões a preços correntes. O resultado efetivo foi um rombo até ligeiramente menor: R\$ 72,376 bilhões. A preços valorizados de dezembro, o déficit foi de R\$ 72,765 bilhões, ou 8,02% do PIB.

Para 1999, não há meta de resultado nominal, só estimativa. Em relação ao resultado primário (sem encargos de dívida), a meta prevista no novo acordo é um superávit de R\$ 30,018 bilhões. Isso significa um grande esforço em relação a 1998, ano em que o setor público obteve um modesto superávit primário, de apenas R\$ 116 milhões a preços correntes.

O resultado do ano passado foi equilibrado graças ao governo federal e aos Municípios, que fizeram, respectivamente, superávits primários de R\$ 5,134 bilhões e de R\$ 1,994 bilhões. Já os governos esta-

duais foram deficitários em R\$ 3,840 bilhões, em parte por causa dos investimentos pré-eleitorais. As empresas estatais de todas as esferas

também não conseguiram fechar sequer as contas primárias e no final do ano apresentaram déficit de R\$ 3,172 bilhões.

Necessidades de financiamento do setor público

Em % do PIB

Discriminação	1997*		1998*	
	Jan-Dez	Ano	Jan-Nov	Jan-Dez
Nominal	6,10	6,10	7,83	8,02
Governo central	2,44	2,44	5,43	5,68
Governo federal e Banco Central do Brasil ^{2/}	2,63	2,63	5,37	5,47
Empresas estatais federais	-0,19	-0,19	0,06	0,21
Governos regionais	3,65	3,65	2,40	2,34
Governos estaduais	-	-	1,88	1,82
Governos municipais	-	-	0,22	0,22
Empresas estatais estaduais	0,60	0,60	0,25	0,24
Empresas estatais municipais	0,03	0,03	0,05	0,05
Juros nominais	5,12	5,12	7,91	8,03
Governo central	2,39	2,39	5,86	6,00
Governo federal e Banco central do Brasil ^{2/}	2,31	2,31	5,90	6,04
Empresas estatais federais	0,08	0,08	-0,03	-0,03
Governos regionais	2,73	2,73	2,05	2,03
Governos estaduais	-	-	1,43	1,39
Governos municipais	-	-	0,43	0,44
Empresas estatais estaduais	0,42	0,42	0,17	0,18
Empresas estatais municipais	0,01	0,01	0,02	0,02
Primário	0,98	0,98	-0,08	-0,01
Governo central	0,05	0,05	-0,44	-0,32
Governo federal e Banco Central do Brasil	0,01	0,00	-1,39	-1,36
INSS	0,32	0,32	0,87	0,79
Empresas estatais federais	-0,27	-0,27	0,09	0,25
Governos regionais	0,92	0,92	0,35	0,31
Governos estaduais	-	-	0,45	0,43
Governos municipais	-	-	-0,21	-0,22
Empresas estatais estaduais	0,18	0,18	0,08	0,07
Empresas estatais municipais	0,02	0,02	0,03	0,04

1/ Reflete a relação dos fluxos com o PIB, ambos valorizados para o último mês do período com base no IGP-DI

2/ Inclui o INSS

* Dados preliminares + Déficit - Superávit